



Relatório dos Auditores Independentes

Aos Conselheiros e Administradores
FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Espírito-santense de Tecnologia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Espírito-santense de Tecnologia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Continuidade operacional

A continuidade operacional da FEST depende da capacidade de renovação e contratação de parcerias com entes governamentais e empresas da iniciativa privada para a execução de projetos e pesquisas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão do acervo de contratos e parcerias, constatando a normalidade em relação a exercícios anteriores.

Aplicamos procedimentos de teste da execução físico-financeira dos projetos e pesquisas.

Discutimos com a Administração o desempenho operacional e estimativas de novos contratos.



Porque é um PAA

Controle de projetos e prestações de contas

O expressivo volume de projetos e pesquisas desenvolvidos pela FEST e as obrigações de prestações de contas, recomendaram o desenvolvimento de software aplicativo (ERP) para possibilitar o adequado gerenciamento e controle.

Gestão de custos

As medidas e diretrizes implementadas em 2020 e 2021 no sentido de reduzir e racionalizar custos operacionais foram mantidas em 2022, apesar do maior influxo de recursos financeiros possibilitado pelos contratos e termos aditivos celebrados em 2022.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aplicação de procedimentos de auditoria para validar a efetividade do funcionamento e a acurácia do acompanhamento financeiro;
Validação, em base de testes, do projeto piloto que está servindo para a parametrização das funcionalidades do ERP.

Aplicação de procedimentos de auditoria para validar custos operacionais em especial, mas não exclusivamente, quanto a gastos com mão-de-obra vinculada a projetos e pesquisas.
Discussão do desempenho operacional e financeiro com os Administradores da FEST.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável pela apresentação na Nota 17, de determinadas informações requeridas pela Portaria MPES nº 12.918/2019. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as informações apresentadas na citada Nota e, ao fazê-lo, considerar se essa informação está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Contábeis adotadas no Brasil ou se apresenta distorção relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante nessa Nota Explicativa, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1) e às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000 R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração e o Conselho pretendam liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos nosso julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como mantemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria, apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as respectivas transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros assuntos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

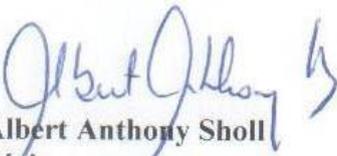


Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos respectivos saldos são apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas e nosso relatório datado de 28 de abril de 2022 não conteve modificações.

Vitória, 19 de junho de 2023

***C.F.A. Consultoria, Finanças
e Auditoria Independente S/S***
CRC-ES 2.017/O-4


Albert Anthony Sholl
Sócio
Contador CRC-ES 8.894/O-7

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2.022</u>	<u>2.021</u>		<u>Nota</u>	<u>2.022</u>	<u>2.021</u>
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.437.521	9.865.933	Obrigações trabalhista e fiscais	9	320.600	305.535
Créditos vinculados a contratos e projetos	5	124.439.870	82.025.489	Débitos vinculados a contratos e projetos	5	123.231.329	80.689.647
Demais ativos		1.003.596	6.450			123.551.928	80.995.182
		<u>138.880.986</u>	<u>91.897.872</u>				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	6	53.260	53.260	Provisão para contingências	6	366.671	366.671
Investimentos	4	360.000					
Imobilizado	8	2.574.733	68.569				
		<u>2.987.993</u>	<u>121.829</u>	Patrimônio líquido	10	17.950.380	10.657.848
		<u>141.868.980</u>	<u>92.019.701</u>			<u>141.868.979</u>	<u>92.019.701</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Demonstração do Superávit

Semestres findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2.022</u>	<u>2.021</u>
Receita Estatutária			
Gerenciamento de contratos e projetos		9.584.765	6.506.718
(-) Devolução de recursos		<u>(58.196)</u>	<u>(24.202)</u>
Receita operacional bruta		9.526.569	6.482.516
Despesas (receitas) operacionais			
Pessoal e encargos sociais	10	(1.882.763)	(1.797.434)
Administrativas e gerais	11	(1.757.476)	(917.655)
Despesas com depreciações	7	(58.236)	(28.266)
Financeiras			
. Receitas		1.314.699	234.415
. Despesas		(42)	
Outras despesas (líquidas)		<u>149.781</u>	<u>13.723</u>
		<u>(2.234.037)</u>	<u>(2.495.217)</u>
Superávit do exercício		<u>7.292.532</u>	<u>3.987.299</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Demonstração das mutações do patrimônio social

Em reais

	<u>Patrimônio de instituidores</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit exercício</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2021	17.064	6.592.964	6.610.028	60.521	6.670.549
Transferência para patrimônio social		60.521	60.521	(60.521)	
Superávit do exercício				3.987.299	3.987.299
Em 31 de dezembro de 2021	<u>17.064</u>	<u>6.653.485</u>	<u>6.670.549</u>	<u>3.987.299</u>	<u>10.657.848</u>
Transferência para patrimônio social		3.987.299	3.987.299	(3.987.299)	
Superávit do exercício				7.292.532	7.292.532
Em 31 de dezembro de 2022	<u>17.064</u>	<u>10.640.784</u>	<u>10.657.848</u>	<u>7.292.532</u>	<u>17.950.380</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
Fluxo de caixa das:		
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	7.292.532	3.987.299
Ajustes para reconciliar o resultado à geração de caixa proporcionada pelas operações:		
. Depreciação e amortização	58.236	28.266
Superávit (déficit) ajustado	<u>7.350.768</u>	<u>4.015.565</u>
Variações em ativos e passivos operacionais		
. Ativos vinculados a projetos	(42.541.813)	132.396.448
. Passivos vinculados a projetos	42.541.681	(132.419.610)
. Demais ativos circulantes	(869.712)	1.176
. Demais passivos circulantes	15.065	96.205
. Depósitos judiciais	(360.000)	(10.032)
. Provisão para contingências		
Caixa gerado (aplicado) nas operações	<u>6.135.988</u>	<u>4.079.752</u>
Atividades de investimento		
. Aquisição de imobilizado tangível	(2.564.400)	
Caixa aplicado nos investimentos	<u>(2.564.400)</u>	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	3.571.588	4.079.752
Caixa e equivalentes no início do semestre	<u>9.865.933</u>	<u>5.786.181</u>
Caixa e equivalentes no fim do semestre	<u><u>13.437.521</u></u>	<u><u>9.865.933</u></u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia

Notas explicativas às demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

1. Contexto operacional

A FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia, instituída em 18 de fevereiro de 1999, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, possuindo sede na Av. Fernando Ferrari, 845 – Campus Universitário de Goiabeiras, em Vitória, e são seus objetivos a pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais, atuando em educação e desenvolvimento da ciência e tecnologia. O desenvolvimento de suas atividades pode ser efetuado em âmbito nacional.

Constituir-se enquanto entidade capaz de empreender iniciativas, em regime de convênios e contratos de parcerias, tem sido um dos objetivos estratégicos da entidade que se pretende firmar no sentido de captação e gerenciamento de recursos e no fomento de ações que minimizem as consequências geradas por condições econômicas e políticas atuais. Enquanto organização social com valores norteados pela transparência, ética e diálogo interno, a FEST desenvolve projetos por meio de programas, tanto da Universidade (MEC) quando de empresas e organizações da sociedade civil, proporcionando benefícios tanto no âmbito acadêmico quanto no do social – a coletividade em sentido amplo. Os recursos que garantem a consecução dos seus objetivos sociais são aportados por pessoas jurídicas, além de entidades governamentais.

A fundação, portanto, encontra-se inserida em macro contexto que se sujeita a influências de políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, assim como pelo planejamento e implantação de iniciativas socioeducativas e assistenciais por partes de entes da iniciativa privada, como suas contrapartidas para as comunidades em que se encontram inseridas.

Na realização dos objetivos sociais, a administração da FEST observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economia e eficiência.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis são apresentadas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em particular a NBC TG 1.000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicada em conjunto com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidades sem fins lucrativos. As demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação em 19 de junho de 2023.

(b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (moeda funcional da entidade) e foram preparadas com base no custo histórico. A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

(c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade é necessário utilizar o melhor julgamento possível para determinar através de estimativas, critérios e valores para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos, contingências e outras.

A liquidação das transações e saldos apurados pela aplicação dessas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores originalmente considerados.

Estimativas e premissas são revisadas periodicamente e eventuais efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que a estimativa foi revisada ou em exercícios futuros que venham a ser afetados.

(d) Continuidade operacional

Os responsáveis pela governança corporativa da entidade avaliaram a adequação do uso da base de continuidade operacional, mediante a revisão da série histórica de geração de superávits, os indicadores operacionais relevantes, os orçamentos operacionais e as ações administrativas empreendidas para aprimorar a gestão de contratos e projetos, passando a atuar de forma proativa na busca de novos convênios e contratos com novos parceiros e com os já existentes.

(e) Novos pronunciamentos contábeis, revisados ou aplicados pela primeira vez em 2022

As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2022, não apresentaram impactos nas demonstrações contábeis da Fundação. A Fundação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que venham a ter impacto significativo nas demonstrações contábeis da Fundação.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

(a) Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) do exercício é apurado pelo regime de competência, levando em consideração as seguintes particularidades:

- (i) Receitas de administração de convênios, contratos e projetos – são reconhecidas quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao serviço (projeto) são transferidos para o contratante; e
- (ii) Resultado financeiro – para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que se sujeitam a juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva (contratual), que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa relativos à vida estimada do instrumento financeiro ou em período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

(b) Instrumentos financeiros

A entidade adotou as disposições da Seção 11 da NBC TG 1.000 para fins de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa, ativos e passivos vinculados a convênios, contratos e projetos, contas a pagar a fornecedores, obrigações sociais, assim como trabalhistas e previdenciárias. Tais instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado

considerando, quando aplicável, a taxa efetiva de juros. Dada a natureza desses instrumentos e à sua realização e/ou liquidação no curto prazo, os correspondentes saldos contábeis podem ser considerados como próximos aos de mercado.

(c) Ativos circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido quando se trata de recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados e do qual se estima que resultem benefícios econômicos futuros.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em espécie mantido em contas bancárias de livre movimentação e de aplicações financeiras como demonstrado na Nota 4.

O ativo imobilizado é apresentado ao custo de aquisição. A depreciação é apurada pelo método linear e leva em consideração as vidas úteis abaixo:

	Vida estimada em anos:
Equipamento de informática e softwares	5
Móveis e utensílios e equipamentos de escritório	10
Máquinas e equipamentos	10

Os demais ativos circulantes e não circulantes, são apresentados ao valor de custo, incluindo quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos e as variações em indexadores contratuais, além de, quando aplicável, ajustes aos prováveis valores de realização.

(d) Passivos circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída decorrente de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a sua liquidação. As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(e) Regime especial de tributação

A FEST, por tratar-se de instituição sem fins lucrativos, está isenta do recolhimento dos impostos e contribuições federais (Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), conforme disposto na Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, com exceção do PIS – Programa de Integração Social, calculado à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento de salários.

(f) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a NBC TG 1.000(R1).

(g) Demonstração do resultado abrangente

A Fundação não possui itens de receitas e despesas com natureza que afete a demonstração do resultado abrangente.

(h) Informações por segmento

Não requerida, uma vez que as operações da entidade são exclusivamente sem fins lucrativos relacionadas com atividades que constituem o objeto social, qual seja, as de caráter educacional e de apoio e desenvolvimento da ciência e tecnologia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro	
	2.022	2.021
Banco conta movimento	144.748	-
Aplicações financeiras	13.229.776	9.807.562
Caderneta de poupança	62.997	58.371
	<u>13.437.521</u>	<u>9.865.933</u>
Não circulante		
Ourocap PU	<u>360.000</u>	

As aplicações financeiras sujeitam-se a remunerações consentâneas às habitualmente praticadas pelo mercado, em condições e prazos equivalentes.

5. Créditos e obrigações vinculados a contratos e projetos

	31 de dezembro	
	2.022	2.021
<i>Créditos</i>		
Caixa e equivalentes de caixa		
. Contas bancárias	812.660	205.206
. Aplicações financeiras	29.044.060	23.190.782
. Caderneta de poupança	87.309.072	58.502.068
Contas a receber	7.274.077	
Outros	162.076	127.433
	<u>124.601.946</u>	<u>82.025.489</u>
<i>Obrigações</i>		
Obrigações fiscais e sociais	4.694.969	4.012.721
Gerenciamento de projetos	118.477.976	76.676.926
Convênios/contratos/termos de parceria		
Valores a pagar	58.384	
	<u>123.231.329</u>	<u>80.689.647</u>

6. Depósitos judiciais e contingências

	31 de dezembro	
	2.022	2.021
Depósito judicial - INSS	43.228	43.228
Depósito judicial - Ações trabalhistas	10.032	10.032
	<u>53.260</u>	<u>53.260</u>
ISQN a devolver vinculado a depósitos judiciais	<u>366.671</u>	<u>366.671</u>

7. Imobilizado

	31 de dezembro	
	2.022	2.021
Móveis e utensílios	34.505	43.947
Máquinas e equipamentos	10.361	11.634
Equipamentos de informática	13.534	12.988
Imóveis	2.487.833	
Equipamentos de informática	28.500	12.988
	<u>2.574.733</u>	<u>81.557</u>

Movimentação das contas durante o semestre (valores em Reais):

Imobilizado tangível

Móveis e utensílios	94.433		94.433
Máquinas e equipamentos	28.099		28.099
Equipamentos de informática	79.990	4.400	84.390
Imóveis	-	2.530.000	2.530.000
Instalações	-	30.000	30.000
	<u>202.522</u>	<u>2.564.400</u>	<u>2.766.922</u>

Depreciação acumulada

Móveis e utensílios	(50.486)	(9.443)	(59.929)
Máquinas e equipamentos	(16.465)	(1.272)	(17.737)
Equipamentos de informática	(67.002)	(3.853)	(70.855)
Imóveis	-	(42.167)	(42.167)
Instalações	-	(1.500)	(1.500)
	<u>(133.953)</u>	<u>(58.236)</u>	<u>(192.189)</u>

A depreciação do exercício totalizou R\$ 58.236 (2021 – R\$ 28.266) e foi integralmente apropriada às operações da entidade, na apuração do superávit.

8. Obrigações trabalhistas e fiscais

	Em Reais	
	2.022	2.021
Folha de pagamento a pagar	64.440	56.405
Férias a pagar	107.606	110.014
Encargos sobre férias	36.983	39.055
Encargos sobre 13º Salário	5.757	
INSS a recolher sobre folha de pagamento	27.657	46.346
FGTS a recolher	8.814	7.516
IRRF sobre salários	14.923	12.935
PIS sobre folha de pagamento	996	996
INSS retido s/terceiros	53.209	32.196
	<u>320.385</u>	<u>305.463</u>

9. Patrimônio líquido

Representado pela dotação inicial integralizada pelos instituidores, acrescida ou reduzida, respectivamente, dos superávits ou déficits apurados ao término de cada exercício social. As mutações significativas verificadas nos exercícios relacionam-se com a apuração de superávit de R\$ 7.292.533 (2.021 – R\$ 3.987.299).

10. Despesas com pessoal e encargos sociais

	Em Reais	
	2.022	2.021
Salários e ordenados	798.908	718.659
Férias	100.443	86.969
13º salário	71.401	66.827
Bolsas de estágio	7.043	7.043
Horas extras	211	240
Auxílio alimentação	229.206	267.661
Plano de saúde	217.320	194.103
Encargos com rescisão	9.089	35.787
INSS Patronal	249.988	233.406
FGTS	79.232	66.318
Outras despesas com pessoal	<u>119.923</u>	<u>120.421</u>
	<u>1.882.763</u>	<u>1.797.434</u>

11. Despesas administrativas e gerais

	Em Reais	
	2.022	2.021
Serviços prestados por terceiros	546.788	510.621
Manutenção	750.517	116.305
Marketing	134.491	84.558
Prêmio de seguros	1.006	729
Água, energia, comunicação	40.671	39.296
Internet	16.200	76
Materiais administrativos e de uso e consumo	31.694	24.787
Locação de bens	33.996	34.705
Fretes e correios	15.763	17.334
Conservação e limpeza	33.593	29.877
Tributárias	18.676	17.647
Viagens e estadias	31.855	13.189
Outras despesas	102.224	28.531
	<u>1.757.476</u>	<u>917.655</u>

12. Cobertura de seguros

A Administração da entidade contratou cobertura de seguros que objetivam cobrir os riscos considerados mais significativos relativamente às operações sociais e responsabilidade contra terceiros.

13. Não remuneração dos Conselhos de Administração e Curador

Os Conselheiros e demais associados da FEST não são remunerados, seja a que título for sendo-lhes expressamente vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

14. Aplicação dos recursos

Todos os recursos captados pela entidade são integral e exclusivamente aplicados no país, nas atividades relacionadas a seu objeto social e no custeio das atividades administrativas de apoio, em estrita conformidade com o Estatuto Social.

15. Renúncia Fiscal

A renúncia fiscal é um incentivo governamental em favor das entidades sem fins lucrativos, cujo objetivo seja a geração de benefícios sociais e econômicos para a sociedade na qual estão inseridas. Tais renúncias fiscais decorrentes da não cobrança de tributos federais, estaduais e municipais sobre as receitas e superávits auferidos pela entidade foram reinvestidas nas atividades relacionadas com o objeto social, como definido no Estatuto Social da FEST.

16. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que apreciaram estes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma

definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, posteriormente, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma entidade obteve da Justiça sentença transitada em julgado que autoriza deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração da FEST avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos deste julgamento do STF e concluiu, baseada na avaliação profissional dos assessores jurídicos, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes.

17. Informações requeridas pela Portaria nº 12.918/2019

Para o atendimento de requisitos da citada Portaria, são apresentadas as informações abaixo, as quais não são consideradas essenciais para a adequada apresentação patrimonial e financeira da fundação:

a) Adimplência quanto a obrigações civis, comerciais, administrativas, tributárias, trabalhistas e previdenciárias e outras disposições deste Ato Normativo.

A FEST cumpre rigorosa e pontualmente suas obrigações, como referidas no tópico. Com relação à interpretação de certas determinações da legislação tributária, com as quais a FEST não concorda, os consultores jurídicos ajuizaram ações contestando importâncias cobradas pelas autoridades fiscais. No presente momento não é possível prever qual será o desfecho de tais ações.

b) Fundação de utilidade pública e/ou qualificada como sociedade civil de interesse público ou beneficiária de isenção de imposto de renda.

Com relação aos aspectos de “fundação de utilidade pública e/ou qualificada como organização da sociedade civil de interesse público” estes não se aplicam à FEST. Na qualidade de Fundação, ao amparo de disposições constitucionais e, ainda, do pleno atendimento aos arts. 9, IV e 14 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) a FEST goza de isenção de imposto de renda e tem cumprido regularmente os requisitos, tais como: (i) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio e de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais; (iii) manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

c) Compatibilidade entre o orçamento e a obtenção de recursos, os aspectos econômico-financeiros e contábeis.

Como evidenciado nas demonstrações contábeis do semestre findo em 31 de dezembro de 2022, a compatibilidade a que se refere o presente tópico está expressa: (i) pelo superávit apurado no montante de R\$ 7.292.532; (ii) por apresentar superávits acumulados até dezembro de 2021 que somam R\$ 10.640.784 e, finalmente, por apresentar contínuo incremento de seu caixa e equivalentes de caixa, cujo saldo ao final do exercício era de R\$ 13.437.521. Tais saldos evidenciam a suficiência de recursos obtidos face às necessidades de aplicação nas atividades contempladas pelo objeto social – atividades de ensino e desenvolvimento tecnológico – executadas mediante a gestão de contratos e projetos de entidades e empresas para as quais a FEST executa o gerenciamento e execução. Da mesma forma, os aspectos econômicos e financeiros encontram-se expressos nas demonstrações contábeis e respectivas Notas Explicativas.

d) Pertinência das remunerações pagas pela fundação.

As remunerações pagas pela FEST a seus empregados seguem rigorosamente as convenções coletivas de trabalho firmadas com o respectivo Sindicato de Classe.

e) Emprego, pela fundação, de sua atividade, seu patrimônio e seus recursos nos fins para os quais foi instituída.

A FEST desde a sua constituição em 18 de fevereiro de 1999 aplica seu patrimônio integralmente nas atividades e finalidades para as quais foi constituída, tendo nesse período gerenciado e executado centenas de contratos e projetos, contribuindo tanto para o ambiente acadêmico quanto para a sociedade em geral – pelo gerenciamento e execução de contratos e projetos de empresas da iniciativa privada que a escolheram para operacionalizar ações socioeducativas, assistenciais e de cumprimento de termos de adequação de conduta, com isso concedendo contrapartida às comunidades nas quais se encontram inseridas. Como devidamente evidenciado nas demonstrações contábeis, em particular as demonstrações do superávit e do fluxo de caixa, seu patrimônio e recursos são aplicados exclusivamente nas atividades para as quais foi instituída.

FEST – Fundação Espírito- santense de Tecnologia

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e relatório dos auditores independentes



*C.F.A. Consultoria, Finanças
e Auditoria Independente S/S*